Artigos

5. Demandas globais, respostas locais: a experiência da Unesco na periferia no pós-guerra (1946-1952)

Marcos Chor Maio

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MAIO, M. C. org. Demandas globais, respostas locais: a experiência da Unesco na periferia no pós-guerra (1946-1952). In: *Ciência, política e relações internacionais*: ensaios sobre Paulo Carneiro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Unesco, 2004, pp. 145-168. ISBN: 978-85-7541-509-2. Available from: doi: [10.7476/9788575415092.0007](https://doi.org/10.7476/9788575415092.0007). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/fczgd/epub/maio-9788575415092.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

Demandas globais, respostas locais: a experiência da Unesco na periferia no pós-guerra (1946-1952)¹

Marcos Chor Maio

Logo após o fim da Segunda Guerra, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) constituiu-se em *locus* privilegiado da discussão de temas científicos e políticos ainda sob os efeitos do conflito mundial, como: fome, refugiados, desequilíbrios ambientais, desenvolvimento socioeconômico, intolerância racial, entre outros. O interesse pela pesquisa da riqueza biológica e ecológica dos biomas de florestas úmidas tropicais e a luta contra o racismo foram alguns dos pontos da agenda da instituição que se traduziram em projetos como o da criação de um laboratório científico internacional na Amazônia e o ciclo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil.

Sob os auspícios da Divisão de Ciências Naturais, o plano de fundação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) foi um dos quatro principais projetos da Unesco para o ano de 1947. O programa de investigações inter-raciais, por sua vez, foi organizado pelo Departamento de Ciências Sociais. Cabe destacar que o representante do Brasil na Unesco, o cientista Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro, foi um ator-chave no decurso da gestação, decisão e implementação dos dois projetos (Maio, 1997; Maio & Sá, 2000).

Não obstante serem empreendimentos de importância, natureza e objetivos bem distintos, são vistos reiteradamente como investimentos malsucedidos da Unesco. Há uma espécie de consenso na literatura acerca do alegado fracasso do IIHA em função das dificuldades políticas enfrentadas no Brasil, na medida em que o plano foi considerado uma ameaça à soberania nacional. Esse fato seria um indicador preciso da falta

de experiência política da Unesco em seus primórdios em face de um projeto de tal magnitude e, sobretudo, da importância das forças nacionalistas no Brasil (Laves & Thomson, 1957).

Na mesma linha de raciocínio, o “Projeto Unesco de Relações Raciais” teria se baseado num equívoco. Quando em 1950, como parte de sua agenda anti-racista, a Unesco optou por uma pesquisa no Brasil, o resultado final foi frustrante. A expectativa inicial era de que os estudos pudessem oferecer um modelo paradigmático de interações étnico-raciais harmoniosas. Contudo, os resultados da pesquisa revelariam um outro cenário. A partir de então não seria mais possível considerar o Brasil como um país imune à discriminação racial, uma suposta democracia racial, como a Unesco originalmente procurou comprovar (Skidmore, 1974).

As versões sobre o “fracasso” perdem de vista um processo bem mais complexo e matizado.² Este artigo, por conseguinte, tem por objetivo apresentar alguns aspectos da recepção de dois projetos da Unesco no pós-guerra, observando como se desenvolveram as interações entre determinadas demandas globais e as respostas locais. Sugere-se que determinadas propostas internacionais foram centrais na formulação de projetos nacionais, os quais, no entanto, não se confundem com as concepções originais, seguindo, até certo ponto, uma lógica autóctone. Nesse sentido, o plano de criação do Instituto da Hiléia e o programa de pesquisas inter-raciais foram catalisadores de temas e problemas que mobilizaram em graus diversos a sociedade brasileira.

Os primórdios da Unesco e o internacionalismo científico

A Unesco faz parte da rede de instituições intergovernamentais criada no pós-guerra. A declaração de princípios contida no preâmbulo da sua Constituição reflete a busca de inteligibilidade dos motivos que levaram ao conflito mundial. Conforme a visão liberal da organização, na medida em que “as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que os baluartes da paz devem ser erguidos” (Huxley, 1946: 5). Para realizar tal tarefa, os líderes da agência internacional julgavam necessário “assegurar para todos pleno e igual acesso à educação, à livre busca da verdade objetiva e à livre troca de idéias e de conhecimentos” (Finkelraut, 1995: 53). A Unesco postulava, dessa forma, a superação da ignorância, do preconceito e do nacionalismo xenófobo, por meio da educação, da cultura e da ciência, e erigia como seu objetivo a criação de

um consenso em torno de um mundo mais convergente (Sathyamurthy, 1964). Assim, mediante um enfoque iluminista e universalista, a instituição apostava no pluralismo ideológico e político alicerçado numa solidariedade moral e intelectual. Afinal, o racionalismo e o humanismo, que permeavam tanto os ideais do capitalismo liberal quanto os do socialismo marxista, encontravam-se em radical oposição ao nazi-fascismo (Hobsbawn, 1996).

Nesse processo, a ciência assumiria papel central na construção de um mundo liberal-democrático. No plano das ciências naturais, mesmo antes do término da guerra, cientistas liderados pelo bioquímico inglês Joseph Needham participaram de uma série de fóruns, na perspectiva de assegurar que o primado da colaboração científica internacional viesse a ser assegurado no pós-guerra (Needham, 1949). A introdução da ciência em igualdade de condições com a educação e a cultura nessa discussão sobre a estrutura da nova agência, que redundaria na Unesco, resultou, em grande parte, da tragédia produzida pelas bombas atômicas norte-americanas em solo japonês. Em novembro de 1945, no discurso de abertura da Conferência de Londres, que instituiu a Unesco, Ellen Wilkinson, ministra da Educação da Inglaterra, declarava que

nestes dias, quando todos imaginam, talvez apreensivamente, o que os cientistas farão conosco em seguida, é importante que eles estejam próximos das ciências humanas e que devam se conscientizar de suas responsabilidades perante a humanidade no que tange aos seus afazeres científicos. (apud Finnemore, 1996: 48)

Esse discurso chancelava a inserção da ciência na Unesco. Era um indicador preciso da força da comunidade científica internacional e de sua habilidade, no plano mundial, em lidar com questões como Hiroshima e Nagasaki. A Unesco deveria ser um importante instrumento para fomentar determinados constrangimentos éticos e morais às atividades dos cientistas, já que a associação entre ciência e Estado em tempos de guerra havia gerado uma série de efeitos perversos.

Para cientistas-intelectuais como Julian Huxley ou Joseph Needham, engajados na construção da Unesco, o desafio se encontrava no difícil arranjo institucional entre uma agência intergovernamental e o princípio do não-governamentalismo. Para eles, a ciência não deveria ser controlada pelos Estados-membros. O desenvolvimento e a difusão do conhecimento científico não estariam limitados às fronteiras nacionais. Tratava-se de

um empreendimento transnacional. Além dos perigos presentes na possibilidade de o Estado explorar descobertas científicas para fins militares, havia também um antigo consenso, que inspirava uma “ideologia da ciência”, analisada pelo sociólogo Robert Merton (1942), de que a interferência estatal inibia o progresso científico. A ciência seria mais eficaz na medida em que suas atividades estivessem sob o controle dos próprios cientistas.

O programa da Divisão de Ciências Naturais aprovado na 1ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em novembro de 1946, confirmava o princípio da não-intervenção estatal. Ele se expressou nas seguintes propostas aprovadas: 1) estabelecer uma ampla rede de escritórios de cooperação científica; 2) apoiar financeiramente associações científicas e ajudar seus membros em pesquisas; 3) coordenar o trabalho de divulgação, de circulação de informações científicas; 4) informar as implicações internacionais das descobertas científicas ao público de todos os países; 5) criar novas formas de cooperação científica internacional como, por exemplo, laboratórios científicos (Finnemore, 1996). Por fim, é importante ressaltar que esse programa tinha uma forte inspiração no “princípio de periferia”, formulado pelo bioquímico Joseph Needham, diretor da Divisão de Ciências Naturais da Unesco entre 1946 e 1948.

A experiência de Needham na China durante a Segunda Guerra Mundial (modernização de laboratórios, atualização de bibliotecas, publicação de produção científica chinesa em revistas especializadas do Ocidente etc.) sedimentou a crença no projeto de irradiação da ciência do centro para a periferia em escala ampliada, sob a chancela da Unesco. Esse movimento em direção à periferia estava identificado com as crenças socialistas que norteavam a militância de Needham (Werskley, 1978). O projeto do Instituto da Hiléia Amazônica – apresentado por Paulo Carneiro por ocasião das discussões a respeito da organização da Divisão de Ciências Naturais da Unesco – era a outra China a ser descortinada pelo “princípio de periferia” (Maio & Sá, 2000).

Uma utopia científica na Amazônia? Controvérsias em torno do Projeto IIHA

Em maio de 1946, a proposta do engenheiro químico brasileiro Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro (1901-1982) de criação de um centro de pesquisas na Amazônia foi inserida no programa científico em elaboração

pelo Comitê de Ciências Naturais da Comissão Preparatória da Unesco, sob a coordenação do bioquímico inglês Joseph Needham. Referindo-se à magnitude da região Amazônica, à importância de suas reservas hídricas, florestais e, em especial, ao seu valor científico e econômico, Paulo Carneiro ressaltava a urgência de se realizarem pesquisas no campo da botânica, da zoologia, da química, da geologia, da meteorologia, da antropologia e da medicina. Mencionava ainda a relevância de se estudar a população indígena da região. A proposta incluía os países com interesses imediatos na área: Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, França, Grã-Bretanha e Países Baixos.

O plano tinha as marcas da trajetória científica e política de Paulo Carneiro, oriundo de família que deitava raízes na elite imperial, educado em ambiência positivista, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e pesquisador dos princípios ativos do guaraná e do curare, com experiência de estudo e trabalho em Paris (Sorbonne e Instituto Pasteur). Paulo Carneiro exerceu também atividade política na década de 1930 como secretário de Agricultura de Pernambuco, quando procurou implementar políticas redistributivas (produção de alimentos a baixos custos e reforma agrária). No plano internacional, viveu a experiência da Segunda Guerra Mundial, sofrendo a “internação” na Alemanha nazista junto com Luiz Martins de Souza Dantas, embaixador do Brasil na França.

Ao retornar ao Brasil, participou de missões de cooperação intelectual e de criação de instituições intergovernamentais (ONU e Unesco), tornando-se representante do Brasil na Unesco em 1946. Suas preocupações com a Amazônia vinham desde os anos 30, quando, na condição de pesquisador do Instituto Nacional de Tecnologia, apresentou um plano de modernização do plantio e comercialização da borracha e da castanha na região Amazônica ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Maio, 2001b). A proposta do Instituto da Hiléia Amazônica vinha ao encontro do debate acerca da redefinição do papel da ciência e da atuação dos cientistas no interior da Unesco.

Na 1ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em novembro de 1946, em Paris, Joseph Needham destacou os problemas do desenvolvimento da ciência em países subdesenvolvidos, em função do isolamento, do reduzido número de cientistas, sem estímulo e sem interlocução, das barreiras sociais e culturais (casta, tradição e costumes) e da falta de apoio por parte do poder público. A divisão do mundo needhamiano entre “zonas luminosas” e “zonas escuras” (Ásia, África e partes da América

do Sul) devia-se apenas a circunstâncias históricas, portanto, caberia aos cientistas do mundo desenvolvido cooperarem na superação não somente do isolamento dos seus colegas das regiões periféricas, mas também das respectivas disparidades materiais e sociais.³

Dos cinco representantes brasileiros nessa conferência, três eram cientistas e mantinham estreitos vínculos com o Instituto Oswaldo Cruz (IOC): Miguel Ozorio de Almeida, Carlos Chagas Filho e Olympio da Fonseca. Miguel Ozorio de Almeida, expoente da fisiologia experimental, não concordava com a configuração do mundo da ciência desenhada por Needham, que desconhecia a existência de instituições científicas de excelência nas denominadas zonas escuras. Ele propunha estudos no campo da história da ciência para tornar inteligíveis os fatores que limitavam e/ou favoreciam o desenvolvimento da ciência na periferia. Miguel Ozorio se indagava também acerca da plena aceitação, por parte dos cientistas, da universalidade da ciência. Mesmo que se admitisse que os cientistas percebiam a ciência como resultado da cooperação internacional, não se poderiam abstrair os sentimentos de pertença nacional que encarnariam esses mesmos cientistas. Sem enfrentar esses desafios com base em investigações históricas, continuar-se-ia a praticar uma espécie de “imperialismo científico” afeito aos países que só valorizavam o que seria realizado dentro das chamadas zonas luminosas.⁴ Assinalava ainda a importância das relações entre ciência e nação, que, no caso da América Latina e particularmente no Brasil, passava obrigatoriamente pelo Estado. O diagnóstico de Miguel Ozório antecipava divergências futuras, como a que ocorreu por ocasião da indicação do coordenador do projeto amazônico.

Em dezembro de 1946, aprovou-se na Conferência de Paris o projeto do IIHA e autorizou-se a criação de Escritórios de Cooperação Científica em diversas regiões subdesenvolvidas – América Latina, Ásia e África –, materializando assim o “princípio de periferia”. A principal missão do Escritório Latino-Americano de Cooperação Científica (ELACC) era a implementação do projeto IIHA.⁵

Desde o segundo semestre de 1946, depois de diversos contatos com colegas da Universidade de Cambridge e do Escritório de Representação das Colônias Britânicas (Colonial Office), Joseph Needham, com a anuência de Julian Huxley, diretor geral da Unesco, convidou Edred John Henry Corner para assumir a direção do ELACC. Corner, botânico inglês com larga experiência em flora tropical, formara-se pela Universidade

de Cambridge e fora pesquisador do Jardim Botânico de Cingapura, sob mandato britânico, entre 1929 e 1946. Durante a Segunda Guerra Mundial, notabilizara-se pelos esforços de preservação de bibliotecas, coleções e instituições científicas e históricas na Malásia, no contexto da dominação japonesa no Sudeste Asiático. Assumiu a direção do ELACC em março de 1947.⁶

Needham julgava que sua bem-sucedida experiência chinesa era atribuída em parte ao trabalho coletivo empreendido por cientistas de países desenvolvidos em estreito contato com os colegas das zonas periféricas. Acreditava ainda que, em países caracterizados por uma frágil institucionalização da ciência e por uma estrutura política que atribuíra pouca importância aos afazeres científicos, os dirigentes dos Escritórios Regionais da Unesco deveriam estar atentos ao perigo de lidarem apenas com burocratas, em vez de estabelecerem estreitos contatos com os “verdadeiros batalhadores da ciência” (Science and Unesco, 1946: p.19-20). Contudo, no caso da América Latina, certas contradições despontaram na implementação dos princípios needhamianos.

Em abril de 1947, o conselho executivo da Unesco decidiu que o IIHA passava a ser considerado um dos quatro principais projetos a ser implementado naquele ano. Na ocasião, Paulo Carneiro e outros representantes latino-americanos se opuseram à indicação de Corner, em virtude de sua falta de familiaridade com a América do Sul, sua cultura e sua vida política. Carneiro fazia restrições à forma como estava sendo aplicado o “princípio de periferia”.⁷ Para ele, à frente do Instituto da Hiléia deveria estar um cientista de prestígio da América Latina. Em carta a Huxley, logo após a reunião do conselho executivo da Unesco, em Paris, Paulo Carneiro alertava: “Não esqueça, senhor diretor geral, que os países sul-americanos são bastante exigentes e não apreciam ter a impressão de serem tratados como colônias às quais são enviadas missões de estudo das quais eles não fazem parte desde o início”.⁸

Paulo Carneiro percebia um acento colonialista na visão da conexão inglesa (Huxley, Needham), que pouco conhecia a América Latina e sua comunidade de cientistas, como já havia assinalado Miguel Ozorio de Almeida. Ele acabou por ser indicado por Julian Huxley como “consultor especial” para estabelecer os elos de ligação entre a Unesco, a comunidade científica e o Estado brasileiro.⁹

A partir da 1ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, o plano do IIHA deixou de ser apenas a proposta de um centro de pesquisas

predominantemente voltado para a ciência básica, conforme previsto no projeto original. Por pressão dos países latino-americanos, passou a envolver educação, cultura e saúde. Esse novo perfil causou certas preocupações por parte da Divisão de Ciências Naturais da Unesco, uma vez que transcendia suas competências e exigia apreciáveis recursos.¹⁰

As divergências no processo de estruturação do projeto IIHA prosseguiram na Conferência Científica de Belém, realizada entre 12 e 18 de agosto de 1947, que definiria as pesquisas a serem desenvolvidas e o formato da nova instituição. Com a presença de instituições nacionais e estrangeiras, representando os países que tinham interesses na região, o fórum de Belém ofereceu subsídios ao programa do futuro Instituto da Hiléia, a partir do trabalho de três comissões: ciências naturais, ciências sociais e educação, nutrição e ciências médicas.¹¹ Algumas das propostas da Conferência de Belém diziam respeito à necessidade de amplo inventário faunístico e florístico, a criação de reservas florestais e sua exploração racional, a descoberta e a utilização de plantas de valor econômico, a cultura em terras inundáveis, o desenvolvimento da piscicultura para fins alimentares, a criação bovina (em especial as raças adaptáveis ao meio amazônico), a pesquisa dos conhecimentos etnobotânicos dos povos indígenas, a realização de pesquisas antropológicas sobre as comunidades da região, a elaboração de inquéritos sociais tendo em vista o atendimento de demandas nos campos da educação e da saúde e o fortalecimento de instituições científicas locais. Foram propostos estudos interdisciplinares a longo prazo, parcerias com instituições congêneres e com programas em curso, como o dos institutos e estações experimentais agrícolas já existentes na região. As propostas se assemelhavam a uma espécie de agenda de consenso sobre a Amazônia.¹²

As elites locais encaravam o projeto IIHA como uma alternativa a curto prazo, porque os recursos previstos pela Lei n. 199 da Constituição brasileira de 1946 ainda estavam no terreno das promessas. O discurso “internacionalista” do governador do Pará, coronel Moura Carvalho, quando da abertura dos trabalhos da Conferência de Belém de 1947, revelava bem as preocupações amazônicas:

A Amazônia é nossa, mas a serviço do mundo, a serviço da ciência, como fonte de trabalho e de bem-estar geral, como potencial capaz de produzir tudo quanto seja necessário aos outros povos, dentro do regime de fraternidade universal que deve presidir a todas as intenções na vida internacional. (Carneiro, 1951: 24)

Após a reunião de Belém, Corner elaborou um relatório para o secretariado da Unesco. Nele, o botânico chamava a atenção para os poucos estudos sobre a Hiléia e a falta de pesquisadores com a diversificação de conhecimento pretendida pela Unesco. A seu ver,

o “s” em Unesco é o que todos desejamos (...). S representa a ciência, quer sejam abstrações sobre prótons, genética ou sistemática, e não (...) tecnologia. Assim que o projeto científico for iniciado, não se deve permitir sua degradação com o fim de conseguir apoio. Considero lamentável que a agricultura (que é uma política) e a educação (que é um fetiche histórico) ganhem precedência sobre a sede de conhecimentos sobre a região Amazônica, a qual é uma atração interminável para cientistas.¹³

O relatório de Corner gerou apreensões no centro decisório da Unesco. A empolgação latino-americana expressa na agenda de pesquisas formulada em Belém escapava às expectativas e aos recursos da Unesco. A partir do momento em que se tentou transformar uma demanda internacional (criação de um amplo centro de pesquisas) em projeto para solucionar problemas de uma região ávida por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, a direção geral da Unesco se viu diante de pressões especialmente dos Estados Unidos. Os latino-americanos tinham um peso político expressivo nos primórdios da Unesco,¹⁴ como se pode verificar não apenas pelos receios da direção da Unesco de criar qualquer tipo de suscetibilidade entre esses países, mas também pelo volume de recursos aprovados (cem mil dólares) para o projeto IIHA na 2ª Conferência Geral da Unesco, realizada na Cidade do México em novembro de 1947, a despeito da oposição norte-americana.¹⁵

Responsáveis por parte substancial do orçamento da Unesco, os Estados Unidos estavam atentos ao binômio paz-segurança. Nutriam uma enorme dose de desconfiança em relação à *intelligentsia* internacionalista unesquiana, representada por Julian Huxley e Joseph Needham, e cobravam uma ação mais pragmática da instituição em face do contexto da Guerra Fria, da reconstrução européia e do avanço do socialismo. Pregavam a estreita relação política da Unesco com a ONU (Maio, 1998).¹⁶ Nesse sentido, a Amazônia ocupava, naquele momento, plano secundário aos olhos da política externa norte-americana, que primava pela visão ortodoxa do livre-comércio, reiterando a posição do Brasil como exportador de matérias-primas estratégicas. Qualquer projeto

voltado para o desenvolvimento regional era indesejado (Malan, 1984; Moura, 1990). Não à toa, logo nos primórdios da estruturação do projeto IIHA, o botânico Corner informava a Paulo Carneiro que o futuro centro de pesquisas se assemelharia ao Smithsonian Institution para que não restassem dúvidas aos norte-americanos de “que o Instituto da Hiléia esta[ria sendo] planejado para o aumento e disseminação do conhecimento, *não* originalmente para o desenvolvimento econômico” (grifo de Corner).¹⁷ Nesse sentido, no final de 1947, na interpretação da representação norte-americana na Unesco, o perfil do projeto IIHA fugia à idéia de se constituir apenas em laboratório científico internacional, demandando recursos apreciáveis da instituição em cenário cheio de imprevisibilidades.

Apesar das adversidades enfrentadas, na Conferência do México foi estabelecido um cronograma de atividades que incluía a realização de uma convenção para estabelecer o estatuto legal do Instituto da Hiléia – ocorrida na cidade peruana de Iquitos – e a definição de um conjunto de pesquisas a serem efetuadas ao longo do ano de 1948.¹⁸ Os constantes sinais de boas-vindas ao projeto IIHA, por parte de alguns países – Bolívia, Equador, Peru, Colômbia –, não passaram de atos formais e inconclusos. Instabilidade política, ausência e/ou desencontro de informações, expectativas incompatíveis com as possibilidades materiais da Unesco, desconfianças acerca dos propósitos da organização internacional, resistências dos sul-americanos na alocação de recursos para o plano amazônico, disputas políticas entre o Brasil e o Peru pela hegemonia do projeto foram alguns dos aspectos presentes na Conferência de Iquitos, realizada em abril de 1948. Países como Holanda, Inglaterra e Estados Unidos não atribuíram maior importância à reunião de Iquitos. Apesar da presença de uma ou outra personalidade sintonizada com o trabalho da Unesco ou mais especificamente com o projeto IIHA, como era o caso do etnólogo francês Paul Rivet, o fato é que a agência intergovernamental era pouco conhecida na América Latina e mobilizava na região limitados recursos humanos e financeiros.¹⁹ O fórum de Iquitos revelou as fragilidades da proposta do Instituto da Hiléia na frente interna latino-americana.

À crise do projeto IIHA no âmbito da Unesco acrescente-se a contenda gerada pela mensagem enviada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, em setembro de 1948, ao Congresso Nacional, na qual solicitava a ratificação do estatuto jurídico do futuro IIHA, elaborado pela Convenção de

Iquitos, que deveria ser assinada por, pelo menos, cinco países envolvidos diretamente com a proposta. Esse fato gerou um enorme impacto no parlamento brasileiro, bem como na opinião pública, mobilizando militares, cientistas, jornalistas, intelectuais e entidades da sociedade civil. Radicalizaram-se as posições entre aqueles que defendiam a importância da cooperação internacional para a Amazônia e os que concebiam o projeto IIHA, sob a liderança do ex-presidente Arthur Bernardes, como a expressão dos interesses imperialistas sobre a região. Artigos e dispositivos da Convenção de Iquitos foram encarados como uma ameaça à soberania nacional, seja em função do grau de autonomia do IIHA em relação aos Estados-membros, seja porque minimizavam o peso político do Brasil no projeto. Houve até a assinatura de um protocolo adicional ao texto original, com o aval das Forças Armadas, para dirimir quaisquer dúvidas em face das supostas ameaças à segurança nacional. No entanto, no início da década de 1950, a polarização política inviabilizou a criação do IIHA (Crampton, 1972).

A politização do projeto da Hiléia em solo brasileiro ocorreu no momento em que a Unesco já havia reduzido significativamente seus investimentos no plano. Estava longe de representar a “cobiça internacional”. Ademais, verificava-se um processo de redefinição das relações entre ciência, sociedade e Estado no Brasil, em função dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. À emergência da questão nuclear, da defesa do petróleo e dos recursos minerais estratégicos como fundamento de um ambicioso projeto de superação do subdesenvolvimento e de afirmação do Brasil, por meio da ciência, como nação moderna, somou-se o debate em torno da criação de agências de fomento à pesquisa e o surgimento de novas associações científicas. Esse contexto gerou um efeito não previsto, ou seja, a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, sob a chancela do CNPq, em 1952.

A Unesco e a agenda anti-racista

Desde sua criação, a Unesco havia assinalado a gravidade do racismo, como se pode observar no preâmbulo da sua Constituição: a grande e terrível guerra que terminou agora só foi possível pela negação dos princípios democráticos de dignidade, igualdade e respeito mútuo entre os homens, e a propagação, no lugar deles, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade dos homens e das raças (Unesco, 1951).

As doutrinas raciais que sustentaram ideológica e politicamente a dominação hitlerista foram vistas pela Unesco como um sistema anti-racional de pensamento em franco conflito com as tradições humanistas, concebidas como inerentes à cultura ocidental. O ódio e os conflitos raciais estariam embasados em falsos postulados científicos (Métraux, 1950: 384). O nazismo seria uma espécie de descarrilamento do Ocidente. A Unesco, portanto, teria a missão de promover uma ampla campanha contra as bases ideológicas do racismo.

De início, temas referentes ao preconceito e à discriminação racial estavam vinculados ao projeto *Tensions Affecting International Understanding*, aprovado na 2ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, na Cidade do México, em 1947. O projeto tinha propósitos abrangentes, procurando investigar as múltiplas razões que levavam às guerras, às rivalidades nacionais e à criação de estereótipos.²⁰

Em 1949, surgiu um plano mais específico de luta contra o racismo. O Conselho Econômico e Social (ECOSOC), agência especializada vinculada à Organização das Nações Unidas, sob o impacto da divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1948, propôs à Unesco, por meio da Subcomissão de Prevenção à Discriminação e Proteção de Minorias, a criação de um programa de combate à discriminação racial. Eram quatro as propostas do ECOSOC: 1) divulgar informações e estudos sobre tensões sociais; 2) estabelecer parcerias entre a ONU e a Unesco na formulação de um programa educacional de combate à discriminação racial; 3) adotar um programa de divulgação de fatos científicos com o propósito de eliminar o preconceito racial; 4) criar um comitê de lideranças mundiais no âmbito da educação para estudar a proposta de uma educação democrática e universal, de modo a combater qualquer espírito de intolerância ou hostilidade como os que ocorrem entre nações e grupos (Wirth, 1949).

As sugestões encaminhadas pelo ECOSOC à Unesco em 1949 refletiam um novo momento da realidade mundial, em que se conjugaram pelo menos dois importantes fatores políticos: o primeiro, a luta contra o racismo traduzia uma atitude de afirmação dos países subdesenvolvidos, muitos deles recém-criados no processo de descolonização africana e asiática. O segundo era a pressão da União Soviética sobre os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, mediante a denúncia do racismo norte-americano, buscando assim o então líder do mundo socialista solidarizar-se com países do Terceiro Mundo (Lauren, 1988; Malik, 1996).

Em abril de 1949, o diretor interino do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, o psicólogo social Otto Klineberg (1949: 11), alertava para os perigos das “bombas atômicas, cortinas de ferro, alianças defensivas, chauvinismo, racismo, acusações e contra-acusações na Guerra Fria – tudo isso faz com que nos demos conta da realidade do perigo”.

Atendendo à solicitação do ECOSOC, a 4ª Sessão da Conferência Geral da Unesco em Paris, em 1949, introduziu em seu programa de ciências sociais um capítulo especial (“Estudo e disseminação de fatos científicos concernentes a questões de raça”) em que três pontos destacavam-se: estudar e coletar materiais científicos referentes a questões raciais; divulgar amplamente as informações científicas coletadas e preparar uma campanha educacional baseada nessas informações.²¹

A Unesco realizou três atividades inspiradas na proposta do ECOSOC: a primeira delas foi a convocação de uma reunião de antropólogos (físicos e culturais) e sociólogos com o intuito de elaborar um manifesto científico a respeito do conceito de raça. A segunda decisão referia-se à realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil.²² Por último, a Unesco publicou uma série de pequenos estudos sobre biologia, genética, antropologia, história e psicologia social com o intuito de dar maior publicidade a certos conhecimentos científicos a respeito do tema raça e relações raciais (Maio, 1998).

Essas propostas foram gestadas no momento em que Arthur Ramos (1903-1949), um especialista em culturas afro-brasileiras, dirigia o Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Em sua breve atuação na instituição, o antropólogo brasileiro privilegiou “o desenvolvimento [de] estudos nos países da América Latina, e especialmente o Brasil, onde a ação da Unesco ainda não se faz sentir de uma maneira eficaz”.²³ Verificou ainda que a antropologia cultural exercia papel secundário no órgão da Unesco, quando comparada com a sociologia, a ciência política e a psicologia social. Julgava que a antropologia deveria assumir um papel central, particularmente no que tange ao debate sobre raça e relações raciais. Creditava à disciplina a responsabilidade de conduzir uma ampla pesquisa sobre a vida e a cultura de povos não-europeus, com base na qual fosse possível, em seguida, compará-las com os principais aspectos constitutivos da civilização européia. A proposta de Arthur Ramos tinha por objetivo discutir a situação dos índios e negros nas Américas e sua inserção na cultura ocidental.²⁴ Ao citar explicitamente o caso de grupos marginalizados, tinha em mente o problema da incorpo-

ração de determinados estratos sociais à modernidade, um tema recorrente na agenda política e intelectual da *intelligentsia* brasileira.

Da Bahia para o Brasil: o Projeto Unesco de relações raciais

Na virada da década de 1940, a Unesco definia sua agenda anti-racista. Nesse momento, a luta contra a intolerância racial teve dois movimentos bastante significativos. Em primeiro lugar, a realização de uma reunião de especialistas, com o predomínio de cientistas sociais, com o objetivo de debater o estatuto científico do conceito de raça. A 1ª Declaração sobre Raça (*Statement on Race*), publicada em maio de 1950, por ocasião da 5ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, foi o primeiro documento com apoio de uma instituição de ampla atuação internacional a negar qualquer associação determinista entre características físicas, comportamentos sociais e atributos morais, ainda em voga nas décadas de 1930 e 1940. O segundo movimento foi a escolha do Brasil como objeto de pesquisa sobre as interações inter-raciais, com o objetivo de oferecer ao mundo uma nova consciência política que primasse pela harmonia entre as raças (Maio, 1998b).

De início, o interesse pelo estudo das relações raciais no Brasil era concebido em perspectiva comparada, confrontando a experiência brasileira com a dos Estados Unidos e da África do Sul. Só a partir desse cotejo, o Brasil era concebido como cenário bem-sucedido em matéria de relações raciais. Todavia, não houve consenso, em princípio, quanto à escolha do Brasil na 5ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Florença, Itália. Alguns países propuseram a inclusão de outros que tivessem perfis étnicos semelhantes para que se pudesse, comparativamente, avaliar se haveria padrões distintos de relações raciais na América Latina (Maio, 2002).

Em determinado momento do debate, o representante brasileiro na Unesco, Paulo Carneiro, destacou a importância de a pesquisa ser realizada no Brasil em função do processo de miscigenação de populações indígenas, africanas e de imigrantes brancos “com uma notável ausência de tensões”. Indo além, acreditava que a Unesco encontraria no país “um rico campo de estudos e poderia contar com a eficiente ajuda das autoridades brasileiras”. Paulo Carneiro, ao associar a importância da pesquisa de um povo mestiço ao respaldo do aparato estatal, reiterava a ideologia que permeava a sociedade brasileira e que havia se transforma-

do em política oficial do Estado. Por sua vez, o cientista político norte-americano Robert Angell, diretor interino do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, lembrou o fato de que a investigação deveria ser desenvolvida em um país no qual as relações raciais fossem “boas”, haja vista a existência de vasto conhecimento das experiências negativas nesse terreno.²⁵

Em junho de 1950, a Conferência Geral da Unesco aprovou a resolução de organizar no Brasil uma investigação piloto sobre contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos.²⁶

Para além das imagens positivas, a “opção Brasil” guardava íntima relação com o quadro internacional da época. A persistência do racismo, especialmente nos EUA e na África do Sul, em contexto de Guerra Fria, manteve a atualidade da questão racial. Nesse sentido, o Brasil representava a preferência por um país capitalista periférico que poderia supostamente salvar a imagem do mundo ocidental.

A partir do segundo semestre de 1950, Alfred Métraux, diretor do Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco e com larga experiência de trabalho etnológico na América Latina, tornou-se o responsável pela estruturação do projeto de pesquisa a ser realizado no Brasil, auxiliado pelo antropólogo brasileiro Ruy Coelho, ex-aluno de Roger Bastide, na Universidade de São Paulo, e de Melville Herskovits, na Universidade de Northwestern (Maio, 2001a).

O Projeto Unesco incluiria, em princípio, apenas a Bahia (Métraux, 1950). Para isso, concorreu a existência de uma tradição de estudos sobre o negro na cidade de Salvador desde o final do século XIX, na qual se destacava o exame da forte influência da cultura africana. O cenário baiano parecia adequado aos propósitos da Unesco. A cidade, com expressivo contingente de negros, havia atraído, nas décadas de 1930 e 1940, diversos pesquisadores estrangeiros (Donald Pierson, Ruth Landes, Melville Herskovits, Franklin Frazier, Roger Bastide).

Contudo, diferente de certa visão inicialmente idealizada da Unesco sobre o Brasil, alguns cientistas sociais, cientes de que determinadas demandas haviam sido incluídas na pauta de discussões da agência internacional em regiões subdesenvolvidas – como os temas da industrialização, educação e ciência –, procuraram alargar o perfil da pesquisa, com a inclusão da região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).

Otto Klineberg, um dos responsáveis pela criação do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo, entre 1945 e 1947, foi o primeiro a se manifestar. Trabalhava na interface antropologia e psicologia social e, desde a década de 1920, influenciado pelo antropólogo Franz Boas, encontrava-se na linha de frente do combate ao racismo nos EUA, tendo participado da pesquisa de Gunnar Myrdal, "An American dilemma". Klineberg teve papel de destaque no processo de organização do Departamento de Ciências Sociais da Unesco e nutria enorme simpatia pelo Brasil. Concebia o programa de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil de forma mais abrangente. Em sua opinião,

São Paulo e Salvador são tão diferentes em tantos aspectos que o fato de serem ambas cidades de grande porte me parece quase irrelevante neste caso. Acredito que seria muito importante estudarem-se as relações raciais sob um certo número de condições distintas e, nesse caso, é imprescindível que, mais uma vez, o estudo não fique restrito à situação na Bahia e à sua volta. (Klineberg, 1950: 4)

Na mesma linha de reflexão de Klineberg, o antropólogo Charles Wagley se indagava sobre a especificidade da realidade baiana quanto ao quadro de tensões raciais. Wagley era um dos coordenadores do convênio Universidade de Columbia/Estado da Bahia. Tratava-se de um projeto idealizado por Anísio Teixeira, então secretário estadual de Educação e Saúde, na gestão de Otávio Mangabeira (1947-1951), para conhecer a vida social de três comunidades rurais próximas a Salvador, com o objetivo de colher subsídios para o desenvolvimento de futuras políticas públicas de modernização dessas áreas (Wagley, Azevedo & Costa Pinto, 1950). Nesse sentido, conforme Wagley, o "projeto Unesco" deveria investigar outras situações como as do Rio de Janeiro e São Paulo. Charles Wagley foi incorporado ao novo projeto da Unesco e sugeriu a inclusão do estudo da cidade de Salvador, que ficou sob a responsabilidade do médico-antropólogo Thales de Azevedo.²⁷

O sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto também se posicionou pela ampliação do projeto da Unesco. Foi um dos participantes do debate acerca do estatuto científico do conceito de raça que resultou na 1ª Declaração sobre Raça cancelada pela Unesco (maio de 1950). Em correspondência com Alfred Métraux, manifestou o interesse de que a Unesco e o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, vinculado à então Universidade do Brasil (atual UFRJ), chegassem a um acordo no

sentido de “realizar, no Rio de Janeiro, dentro do plano da Unesco, as sondagens e análises necessárias para a pesquisa das tensões raciais em área metropolitana do Brasil, analisando a situação racial brasileira na perspectiva de uma sociedade em franco processo de industrialização”.²⁸

Em setembro de 1950, Alfred Métraux entrou em contato com Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo desde 1938 que se dedicava aos estudos da cultura afro-brasileira e autor de uma série de trabalhos sociológicos sobre o negro no Brasil (Bastide, 1973). Métraux, que tinha uma série de afinidades intelectuais e projetos em comum com Bastide, como o do estudo dos negros nas Guianas, afirmava na ocasião que “naturalmente é na Bahia que concentraremos nosso principal esforço, mas pretendo realizar sondagem em outras regiões do Brasil”. Bastide aceitou o convite para participar do projeto em São Paulo e manifestou preocupação com a crescente tensão racial na metrópole paulista.²⁹

Os primeiros passos em direção à montagem da pesquisa da Unesco indicam a existência de um cenário em aberto. Vários aspectos influenciaram a escolha e o desenvolvimento dos diversos projetos. De início, contribuiu a presença de uma tradição de estudos raciais, sobretudo na Bahia e em São Paulo. Acrescenta-se a existência de centros de ensino e pesquisa, principalmente na cidade de São Paulo. Cabe lembrar que o Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco era dirigido por cientistas sociais (Alfred Métraux e Ruy Coelho) que tinham um razoável conhecimento dos estudos étnico-raciais realizados no Brasil. Não menos importante era a preocupação da agência internacional, a partir de 1950, com os processos de industrialização e seus impactos em regiões subdesenvolvidas. Dessa forma, pode-se compreender, em parte, a inclusão das pesquisas realizadas no Sudeste do Brasil. Convém observar também que prestígio intelectual, relações pessoais, elaboração de trabalhos anteriores e experiências internacionais foram determinantes nos estudos de caso. Por sua vez, Wagley já investigava o Brasil desde o final dos anos 30. A presença de Costa Pinto na pesquisa da Unesco deve-se, em grande parte, às suas relações profissionais e pessoais com Arthur Ramos.

O ciclo de pesquisas patrocinado pela Unesco no Nordeste revelou um amplo quadro da diversidade dos estudos etnográficos, a saber: as múltiplas formas de classificação racial, a influência da dimensão cultural no processo de construção das hierarquias sociais e uma detalhada descrição das formas de preconceito e discriminação racial contra os negros

na região. Nessas comunidades, nas quais vive um expressivo número de negros e pardos, haveria uma enorme distância social entre brancos e não-brancos e uma limitada mobilidade social. As análises histórico-sociológicas realizadas no Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), região que sofreu intenso processo de modernização e a presença maciça de imigrantes, evidenciaram um racismo mais visível em relação aos negros e mestiços.

Conclusão

Ao se analisar a recepção de dois projetos patrocinados pela Unesco, procurou-se escapar da dicotomia êxito *vs* fracasso. A proposta de criação de um centro de pesquisas internacional de excelência na região Norte do Brasil colocou a Amazônia na agenda política e científica nacional no pós-guerra. Apreensões de organizações intergovernamentais em face dos resultados da Segunda Guerra Mundial, apostas desenvolvimentistas, apelos nacionalistas e ditames da Guerra Fria transformaram o espaço amazônico num pólo de atração em distintos planos. Os afazeres científicos não seriam mais vistos apenas como instrumentos de civilização, assumiriam funções estratégicas nas esferas do desenvolvimento econômico e do planejamento.

Nos primórdios da Unesco, uma *intelligentsia* universalista (Julian Huxley, Joseph Needham) alça a diversidade natural amazônica à condição de bem coletivo no quadro dos efeitos da Segunda Guerra. A ciência, liderada pela comunidade científica internacional, sob os fantasmas de Hiroshima e Nagasaki, poderia, em outro momento, vir a transformar a Amazônia numa fonte incalculável de conhecimento e de riquezas para a superação de diversos males sociais, especialmente nas zonas periféricas. Paralelamente, a iniciativa de transformar a Hiléia em “patrimônio da humanidade” deparou-se com visões, no plano nacional, que pretendiam superar o saber fragmentado em matéria amazônica, procurando conhecê-la em seu conjunto, por meio da ciência, na esperança de desenvolver a Hiléia e, desse modo, inseri-la no concerto das regiões modernas. Indo além, essas interpretações da Amazônia, esse imaginário social inspirado em Euclides da Cunha, vinham associadas ao debate sobre o papel da ciência no pós-guerra e, em especial, à centralidade conferida pela coletividade dos cientistas no Brasil – à semelhança das comunidades científicas dos países centrais – à ciência básica como principal fundamento para a formulação de qualquer projeto consistente de desenvolvi-

mento. As tensões entre desígnio global e tradução local estiveram presentes em diversos momentos da trajetória da proposta do Instituto da Hiléia e, subseqüentemente, na criação do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa).

O “Projeto Unesco de Relações Raciais”, por sua vez, desenvolvido no início da década de 1950, tornou-se um marco na história das ciências sociais no Brasil. O ciclo de pesquisas ofereceu novos diagnósticos sobre o país, apresentando uma forte correlação entre cor/raça e status socioeconômico. Além disso, enfocou as tensões entre tradição e modernidade, as disputas entre a antropologia e a sociologia, a relação entre intelectuais e vida pública. Desse modo, o projeto Unesco permite tanto a análise do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil quanto a revelação, mais uma vez, da busca permanente e sempre inacabada de interpretar a sociedade brasileira.

Em suma, na origem da pesquisa da Unesco ocorreu um “processo antropofágico”. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procurou, na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. Enfim, uma suposta visão idílica, um propalado *ethos* nacional, é transformado em problema nacional (desigualdades sócio-raciais, desafio da integração de segmentos excluídos).

Tanto a proposta do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica quanto o “Projeto Unesco de Relações Raciais” revelam aspectos distintos da formulação e recepção de demandas globais em contextos locais, tema que contribui para o atual debate acerca da circulação de idéias, projetos e políticas em agências e fóruns internacionais e as interseções no plano nacional.

Notas

¹ Este artigo é resultado da pesquisa “A Unesco e o desenvolvimento da ciência no Brasil”, que recebeu apoio do CNPq.

² A versão mais recente da idéia de fracasso do projeto IIHA encontra-se em Petitjean & Domingues (2000).

³ Unesco/C/Prog. Com./S.C.Nat.Sci./V.R.1, p.4-5 (Arquivo Unesco).

⁴ Unesco/C/Prog. Com./S.C.Nat.Sci./V.R.2, p.10-11 (Arquivo Unesco).

⁵ General Conference, First Session, 1946. Paris, 1947, p. 272 e 274 (Arquivo Unesco).

⁶ Corner Papers (Arquivo Unesco).

⁷ Unesco/Cons.Exec./2ª Sess./S.R.6/1947 (rev.), 7.5.1947, p.1-4; Nat. Sci./Lat. Am./Hyl./1, 28.5.1947, p.3, em REG 330.19 (8) A 01 IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1); Unesco/Cons.Exec./2ª Sess./S.R.5/1947 (rev.), 7.5.1947, p.13-4 (Arquivo Unesco).

⁸ Carta de Paulo Carneiro a Julian Huxley, 16 abr. 1947, p.2-3, REG 330.19 (8) A 01 IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1, Arquivo Unesco).

⁹ Unesco/CO/Cons.Exec./2ª Sess./S.R.5/1947 (rev.), 7.5.1947, p. 13-4 (Arquivo Unesco); Huxley, Julian. Memorandum on Question of Special Consultant from Brazil for the Hylean Amazon Project, 25 abr. 1947; carta de Huxley a Paulo Carneiro, 12 maio 1947, em REG 330.19 (8) A 01 IIHA, Parte 1 até 31 dez. 1947 (Caixa 166, pasta 1, Arquivo Unesco).

¹⁰ Memorandum of Instructions to dr. Corner for guidance at the Meeting of the Belem Commission, including Notes on the Agenda, 30 jul. 1947, em REG 330.19 (8) A 01 IIHA, Parte 1 até 31 dez. 1947 (Caixa 166, pasta 1, Arquivo Unesco).

¹¹ Ao fórum de Belém vieram representantes do Museu Nacional, da Escola Nacional de Agronomia, do Museu Paulista, do Instituto Agrônomo do Norte, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Tecnologia. Participaram os seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Peru e Venezuela. Além da Unesco, estiveram presentes as seguintes instituições internacionais: Organização Mundial de Saúde (OMS); Instituto Interamericano de Agricultura (IAIA); Organização para Alimentação e Agricultura (FAO); Repartição Sanitária Pan-Americana (PASB) e União Pan-Americana (PAU). General Conference, Second Session, Report Presented by the International Commission for the International Hylean Institute, Paris, 26 set. 1947, 2C/18, p.1-3 (Arquivo Unesco).

¹² Projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica – Relatório da Comissão Científica Internacional reunida em Belém de 12 a 18 ago. 1947, p.16-34, em Correspondência/Diversos no Exterior/ Unesco (Delegação Brasileira)/Ofícios (recebidos)/1947-1948/AHI – 80/4/01.

¹³ Carta de Corner a Purnell, 3 set. 1947, p.2, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31 dez. 1947 (Caixa 166, pasta 1, Arquivo Unesco).

¹⁴ Dos 32 Estados-membros da Unesco no final de 1947, por ocasião da 2ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, doze eram latino-americanos, ou seja, mais de um terço da composição da instituição intergovernamental (Director General Activities 1997-1998. Paris, 1998, Arquivo Unesco).

¹⁵ Carta de Huxley a Laves, 22 set. 1947, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31 dez. 1947 (Caixa 166, pasta 1, Arquivos da Unesco); carta de Malina e Purnell a Needham, 1 set. 1947; carta de Corner a Purnell, 3 set. 1947, p.4; carta de Huxley a Leland, 18 set. 1947, p.3; carta de Huxley a Laves, 22 set. 1947, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31 dez. 1947 (Caixa 166, pasta 1); Cons. Exec./3ª Sess./Sr 2 (ver.), 15/9/1947, p.4 (Arquivo Unesco); Gene-

ral Conference, Second Session, Report Presented by the International Commission for the International Hylean Institute, Paris, 26 set. 1947, 2C/18, 20p.; Unesco, General Conference, Second Session, International Hylean Amazon Institute, suggestion presented to the Executive Board by Paulo E. de Berredo Carneiro, Mexico City, 2C/99, 8 nov. 1947; Unesco, Executive Board, Fourth Session, Cons. Exec./4e Sess./SR/7, p.9-12; Cons. Exec./4e Sess./SR/7, p.2-8; 5 nov. 1947; Unesco, General Conference, Second Session, Working Party L – Natural Sciences, 2C/L/SR4, 15 nov. 1947, p.2-10; Records of the General Conference of the Unesco, Second Session, Mexico, 1947, v. 1, Proceedings. Paris, Unesco, 1949, p.417-20, 525-30 (Arquivo Unesco).

¹⁶ Para o ano de 1947, os EUA foram responsáveis por 44,03% do orçamento da Unesco. No ano de 1948, esta cifra passou a ser de 41,88%. Ou seja, nos anos em que a Unesco esteve mais envolvida com o projeto IIHA, os norte-americanos tinham sob sua responsabilidade quase metade do orçamento da agência intergovernamental (Archibald, 1993).

¹⁷ Carta de Corner a Paulo Carneiro, 28 maio 1947, Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz.

¹⁸ Foram realizadas duas pesquisas antropológicas: 1) no rio Huallaga (Peru), da qual participaram o zoólogo mexicano Candido Bolivar, o botânico peruano Ramón Ferreyra, o antropólogo equatoriano Anibal Buitrón e o geógrafo norte-americano Edwin Doran; 2) um estudo de comunidade empreendido em Gurupá (Pará) pelo antropólogo norte-americano Charles Wagley e seu orientando do Curso de Doutorado em Antropologia da Universidade de Columbia e funcionário do Museu Nacional, Eduardo Galvão. Efetuou-se também uma pesquisa, em Washington e Bogotá, pelo botânico colombiano Enrique Perez-Arbelaez, tendo em vista a elaboração de um índice bibliográfico sobre a Hiléia Amazônica. Ex.Sec./IC/IIHA/7, E. J. H. Corner, Reporte sobre el Desarrollo del Proyecto de Hilea Amazônica de Unesco, 1947-48, en Sud-América presentado à la Tercera Conferencia General de la Unesco, 20 out. 1948, p.10-1, em REG 330.19 (8) a 01 IIHA, part. III b (Caixa 167, pasta 2, Arquivo Unesco).

¹⁹ Carta de Corner a Raul Fernandes, 26 dez. 1947, Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz; carta de Corner a Purnell, 19 nov. 1947; carta de Corner a Purnell, 19 dez. 1947, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31 dez. 1947 (Caixa 166, pasta 1); Arenales Report, I – Promotion Work, p.7, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31 dez. 1947 (Caixa 166, pasta 1, Arquivo Unesco).

²⁰ Resolutions Adopted by the General Conference during its Second Session. México, nov.-dez. 1947. Paris, Unesco, abr. 1948, p.25 (Arquivo Unesco).

²¹ Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Fourth Session, Resolutions. Paris, Unesco, 1949, p. 22, REG file 323.12 A 102. Part I (Box REG 146, Arquivo Unesco).

²² The Programme of Unesco Proposed by the Executive Board, Part II – Draft Resolutions for 1951. Paris, 1950, p.40 (Arquivo Unesco).

²³ Carta de Arthur Ramos a Clemente Mariani, 14/10/1949, Coleção Arthur Ramos, I:35, 17, 248^a, Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.

²⁴ *Courier*, v. II, sept. 1949, p. 28.

²⁵ General Conference – 5th Session, Florence, 1950, Records, Proceedings, nov. 1950, v. 45, p.381-382 (Arquivo Unesco).

²⁶ Records of the General Conference of Unesco, Fifth Session, Florence, 1950, Resolutions. Paris, jul. 1950, p. 40 (Arquivo Unesco).

²⁷ Carta de Charles Wagley a Ruy Coelho, 6 set. 1950, p. 2; carta de Ruy Coelho a Charles Wagley, 27 jul. 1950, p.2. REG 323.1. Part II up to 31 jul. 1950 (Caixa 145, Arquivo Unesco).

²⁸ Carta de Luiz de Aguiar Costa Pinto a Alfred Métraux, 31 jul. 1950, p.1. REG file 323.12 A 102. Part I (Caixa 146, Arquivo Unesco).

²⁹ Carta de Roger Bastide a Alfred Métraux, 13 maio 1950; carta de Alfred Métraux a Roger Bastide, 18 ago. 1950; carta de Roger Bastide a Alfred Métraux, 9 set. 1950. REG 323.1. Part II up to 31 jul. 1950 (Caixa 145, Arquivo Unesco).

Referências bibliográficas

ARCHIBALD, G. *Les États-Unis et L' Unesco 1944-1963*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

BASTIDE, R. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

CARNEIRO, P. E. de B. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos de sua criação*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1951.

CRAMPTON, E. L. *Brazilian Nationalism and the Defeat of the International Institute of the Amazon Hylea*, 1972. Tese de Doutorado, Washington, D.C.: The American University.

FINKIELKRAUT, A. *The Defeat of the Mind*. New York: Columbia University Press, 1995.

FINNEMORE, M. *National Interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUXLEY, J. *Unesco: its purpose and its philosophy*. Paris: Unesco, 1946.

KLINEBERG, O. A challenge to the sciences of man. *International Social Science Bulletin*, I (1-2): 11-21, 1949.

KLINEBERG, O. Comments on memorandum regarding research on race relations in Brazil, 1 ago. 1950. *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323.1. Parte II, até 31 jul. 1950 (caixa 145). Arquivos da Unesco, 1950.

LAUREN, P. G. *Power and Prejudice: the politics and diplomacy of racial discrimination*. Boulder, Londres: Westview Press, 1988.

LAVES, W. H. C. & THOMSON, C. A. *Unesco: purpose, progress, prospects*. Bloomington: Indiana University Press, 1968[1957].

MAIO, M. C. *A História do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Iuperj.

- MAIO, M. C. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 5(2): 375-413, 1998.
- MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41): 141-158, out. 1999.
- MAIO, M. C. Unesco and the study of race relations in Brazil: regional or national issue?. *Latin American Research Review*, 36(2): 118-136, 2001a.
- MAIO, M. C. A tradução local de um projeto internacional: a Unesco, o CNPq e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. In: FAULHABER, P. & TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: história da ciência na Amazônia*. Brasília/Belém: Museu Goeldi/Paralelo 15, 2001b.
- MAIO, M. C. O debate sobre raça após a Segunda Guerra Mundial: a Unesco e a redescoberta do Brasil. In: PENA, S. D. (org.). *Homo Brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioculturais da formação do povo brasileiro*. Ribeirão Preto: Funpec, 2002.
- MAIO, M. C. & SÁ, M. R. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 6 (supl.): 975-1.017, 2000.
- MALAN, P. S. Relações econômicas internacionais do Brasil. In: FAUSTO, B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, v. 4, 1984, p.53-106.
- MALIK, K. *The Meaning of Race: race, history and culture in Western society*. Nova York: New York University Press, 1996.
- MERTON, R. *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press of Glencoe, 1957[1942].
- MÉTRAUX, A. Unesco and the racial problem. *International Social Science Bulletin*, II(3): 384-390, 1950.
- MOURA, G. *O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1990.
- NEEDHAM, J. *Science and International Relations*. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1949.
- PETITJEAN, P. & DOMINGUES, H. M. B. A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *Estudos Históricos*, 14(26): 265-292, 2000.
- SATHYAMURTHY, T. V. *The Politics of International Cooperation: contrasting conceptions of Unesco*. Genève: Librairie Droz, 1964.

- SCIENDE AND UNESCO. *International Scientific Cooperation*. Londres: The Pilot Press, 1946.
- SKIDMORE, T. E. *Black into White: race and nationality in Brazilian thought*. Durham: Duke University Press, 1993[1974].
- WAGLEY, C., AZEVEDO, T. & COSTA PINTO, L. A. *Uma Pesquisa sobre a Vida Social no Estado da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado, n. 11, 1950.
- WERSKEY, G. *The Visible College: a collective biography of British scientists and socialists of the 1930s*. Londres: Free Association Books, 1988[1978].
- WIRTH, L. Comments on the resolution of the Economic and Social Council on the Prevention of Discrimination and the Protection of Minorities. *International Social Science Bulletin*, 1(3-4): 137-145, 1949.